

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Áurea Peniche MARTINS¹

Secretaria Estadual de Educação-SEDUC/PA
penicheaurea@yahoo.com.br

Resumo: Trata-se de um artigo que compõe uma pesquisa de doutorado. O objetivo é analisar a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) no município de São Miguel do Guamá-PA, para explicar a relação público-privada no Compromisso Todos pela Educação (CTE) e suas exigências para o planejamento e execução das políticas públicas educacionais locais. A perspectiva histórico-dialética baliza esta pesquisa. Foi utilizada a revisão bibliográfica e a análise documental. Compreendeu-se que o PDE é política pública educacional pensada pelo Ministério da Educação (MEC) em acordo com um grupo de empresários. Foi abordado o PDE no contexto da descentralização, via convocação dos empresários para assumir o planejamento e o financiamento dos projetos e programas destinados à educação pública.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Plano de Desenvolvimento da Educação. Relação Público-Privada.

Abstract: This article is part of a PhD research. It aims to analyze the implementation of the Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) [Education Development Plan] in the municipality of São Miguel do Guamá – PA, to explain the public-private relationship in the Compromisso Todos pela Educação (CTE) [All for Education Commitment] and its requirements for the planning and execution of local educational public policies. The historical and dialectical perspective marks this research. Literature review and document analysis were used. The assumption was that the PDE is a educational public policy planned by the Ministério da Educação (MEC) [Ministry of Education] in agreement with a group of businessmen. The PDE was approached in the context of decentralization, by convocation of businessmen to take over the planning and financing of projects and programs for public education.

Keywords: Educational Public Policy. Plano de Desenvolvimento da Educação. Public-private.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFPa), na linha de Políticas Públicas Educacionais. Mestre em Educação pelo PPGED/UFPa (2012). Especialização em Gestão Escolar-2008 (UNAMA-EGPA). Pedagoga pela Universidade Federal do Pará (2002). Atualmente é Especialista em Educação pela Secretaria de Educação do Estado do Pará.

Introdução

Apresentamos como objeto de investigação o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como uma política pública educacional pensada pelo Ministério da Educação (MEC) em articulação com um grupo de empresários que incorporam o Compromisso Todos pela Educação (CTE).

Justificamos o nosso interesse pelo tema porque as políticas públicas educacionais em nosso país, conforme Saviani (2007), historicamente foram articuladas por movimento de educadores e, no caso do PDE, o MEC, ao formulá-lo, efetivou-o em interlocução com o empresariado.

O Plano de Desenvolvimento da Educação e sua execução por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) no município de São Miguel do Guamá/PA foi tema de nossa pesquisa de Dissertação de Mestrado (MARTINS, 2012), a qual elucidou que o PDE promove a articulação de colaboração no município de São Miguel do Guamá por meio do PAR, segundo as perspectivas do MEC. Contudo, esse modelo de colaboração foi imposto ao município e não permitiu a participação voluntária, na medida em que condicionou o repasse financeiro de projetos e programas a esse processo de adesão. Portanto, mediante a ferramenta de planejamento proposta pelo PAR, o município se torna dependente de uma plataforma única que o MEC utiliza para diagnosticar e atender a diferentes municípios, o que implica a falta de autonomia por parte desse ente federado.

Elucidamos também que o PAR se apresentou, principalmente, como elemento de desconcentração administrativa, em que o município precisou atender às demandas do Governo Federal, sob pena de perda de recursos técnicos e financeiros. Esclarecemos que, portanto, o PDE se apresenta como uma possível materialização de uma nova relação entre os entes federados, pautada pelo princípio da cooperação, cujo município aparece como elemento central na concretização dos objetivos dessa política.

O Plano de Desenvolvimento da Educação se configura no contexto da descentralização das políticas públicas educacionais. Este processo de descentralização na educação, conforme Oliveira (2002) e Lima (2003), intensificou-se a partir da década de 1990, por meio da municipalização do Ensino Fundamental. Entretanto, esse processo foi um dos efeitos da descentralização às avessas, cujas críticas apontam na direção de uma forma de (re)centralização,

ou, no máximo, uma (des)concentração² das políticas. Embora a descentralização seja difundida como um poderoso mecanismo para corrigir as desigualdades educacionais, por meio da otimização dos gastos públicos e dos postulados democráticos que lhes são recorrentemente reafirmados, percebe-se que eles se tornaram, pela lógica instituída, justificativas de transferências de competências da esfera central de poder para os locais, respaldadas por noções neoliberais.

Esta pesquisa de doutorado é uma possibilidade de retomar a discussão sobre o PDE, no contexto da descentralização das políticas públicas educacionais, com o foco na convocação dos empresários, aqui representados pelo Compromisso Todos pela Educação, para assumir o planejamento e o financiamento dos projetos e programas destinados à educação pública. Nessa linha de raciocínio, Zauli (2006) nos aponta aspectos importantes para compreensão dessa dinâmica descentralizadora da reforma do Estado no Brasil, ao longo dos anos de 1990. Um deles diz respeito a certo grau das virtudes da descentralização dos processos decisórios e de sua identificação com a perspectiva de construção de um sistema político democrático. Em decorrência da postulação de uma maior eficiência e eficácia da gestão descentralizada de políticas públicas, as reformas descentralizadoras seriam benéficas não somente aos diferentes públicos-alvo das diversas modalidades de intervenção estatal, mas também ao conjunto da sociedade.

Conforme analisam Lima e Mendes (2006), a partir dessa ideia sobre liberdade na gestão, evidencia-se um recuo que o Estado nacional vem apresentando, tanto na sua participação direta no setor produtivo como em outras esferas de seu domínio, como é o caso da educação, provocando mudanças nas formas de financiamento das políticas sociais, com transferência de parte desses encargos para os atores sociais, o que obriga as instituições a se tornarem autônomas. Nesse cenário, o que podemos observar é uma descentralização para o mercado, ou seja, de responsabilização social, uma vez que os sistemas ou unidades terão que se manter a partir de uma gerência que os preservem como tais, pois, diante de poucos recursos, é preciso utilizar as melhores estratégias para o melhor aproveitamento. Nesse sentido, a esfera pública é convocada a se mercantilizar. Assim, uma descentralização para o mercado envolve mecanismos complexos:

²A este respeito Lima (2001) afirma que a desconcentração pressupõe a descentralização das ações às outras esferas de gestão das políticas que, no caso da educação, se dá no âmbito dos sistemas regionais, locais e unidades de ensino. Entretanto, as decisões permanecem centralizadas por meio de uma espécie de “controle remoto”.

[...] não se realiza, prioritariamente, pela transferência dos serviços públicos para o setor privado, mas por um conjunto de reformas que buscam aproximar as “decisões do não mercado” (as decisões públicas) das “decisões de mercado”, criando um quase mercado na educação (MARTINS, 2002, p.68).

A descentralização para o mercado, de acordo com Lima e Mendes (2006), é feita por duas vias que tendem a consolidar o espaço de um quase mercado na educação: uma delas se faz por meio de transferências de toda carga de responsabilidade para o mercado do controle e regulação educacional, e a outra pretende realizar a descentralização da responsabilidade da oferta e universalização do serviço educativo para outros setores, entendendo que tais tarefas não são exclusividade do Estado. Nesse sentido, corroboramos o que nos expõe Saviani (2014), na medida em que há necessidade de um enfrentamento aos grandes grupos empresariais, pois, além de atuar no ensino, têm ramificações nas forças dominantes da economia e também na própria esfera pública. Dessa forma, torna-se difícil defender a educação pública de qualidade, uma vez que a força do privado, traduzida por meio dos mecanismos de mercado, vem contaminando em grande medida a esfera pública. É dessa forma que o movimento dos empresários ocupa espaço nas redes públicas, como bem ilustram as ações do Movimento “Todos pela Educação”.

Não importa que estejamos tratando da descentralização de funções no âmbito da burocracia central, da transferência de responsabilidades para estados e municípios, da execução de políticas públicas por entidades não governamentais do “Terceiro Setor”, da privatização do fornecimento de bens e serviços públicos, ou de uma combinação qualquer destas diferentes estratégias. Cabe ressaltar que, no contexto de um processo de reforma do estado, em que estão presentes diferentes formas de descentralização, é importante o alcance de níveis superiores de formulação e implementação de políticas públicas, vale dizer de *governance* por parte do poder central (ZAULI, 2003, p.47).

Entendemos que as instituições governamentais constitutivas do Estado precisam recuperar sua capacidade de pensar e implementar as políticas públicas. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE, quando pensado e perpetrado pelo MEC, em parceria com os empresários, está articulado a uma complexa forma de pensar e conduzir as políticas públicas educacionais, pois se insere no contexto de uma nova relação entre as esferas governamentais e sociedade civil organizada, em que está implícita a descentralização na efetivação dessas políticas,

o que, por um lado, pode se configurar como uma forma de o Estado se desobrigar de sua função de prover as políticas públicas, e, por outro lado, pode se constituir em mecanismo do Estado para retomar sua capacidade de governar. Eis aí a relação entre o público e o privado que queremos investigar.

O contexto sócio histórico do PDE: a delimitação do problema

De acordo com Abreu (2010), o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em abril de 2007, marcou o início do segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) no campo da educação.

O Plano³, documento de organização do Poder Executivo, estava estruturado inicialmente em trinta ações de porte, variadas e voltadas para todos os níveis e modalidades da educação⁴. Esse Plano norteou toda a ação do MEC durante o Governo Lula e teve sua continuidade no Governo Dilma (2011-2014). De acordo com Saviani (2009), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado ao país em 15 de março de 2007, foi lançado oficialmente em 24 de abril, juntamente à promulgação do Decreto n.º 6.094, dispendo sobre o Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação (uma das ações do PDE), considerado como carro-chefe do PDE. Durante a execução do plano, as ações ampliaram-se. O PDE, na realidade, se apresenta como um grande “guarda-chuva” que abriga praticamente todos os programas previstos pelo MEC (SAVIANI, 2009).

Conforme Krawczyk (2008), o PDE é um plano plurianual 2008-2011⁵ que reúne ações que cobrem todas as áreas de atuação do MEC e incidem sobre uma série de aspectos nos diferentes níveis de ensino, visando o objetivo comum de melhorar a qualidade da educação. Quase todas essas ações já vinham sendo desenvolvidas, embora novas tenham sido incorporadas, inspiradas em ações implementadas por organizações não governamentais - ONGs – em escolas públicas. Deprendemos, a partir de algumas leituras⁶, que o PDE é definido como um programa de Governo

³ Para explicitar os conceitos de Plano, Projeto, Programa, ver em Vasconcellos (2006).

⁴ Ver Saviani, D., “O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC. Educação e sociedade, 2007.vol.28, n° 100, pp.1231-1255.

⁵ A obrigatoriedade de elaboração de um plano plurianual de quatro anos (inclui o primeiro ano de mandato do sucessor para evitar descontinuidades) está estipulada na Constituição de 1988 para todas as pastas do governo federal (KRAWCZYK, 2008).

⁶ Saviani (2007; 2009); Gadotti (2008); Adrião e Garcia (2008); Abreu (2010); Krawczyk (2008); Brasil-MEC. (2007).

e não uma política de Estado⁷. Conforme Valente (2008, p.10), “[...] as políticas e a Gestão da Educação no Brasil, materializadas em ações políticas e programas, são marcadas de um modo geral pelas rupturas, caracterizando políticas de governo e não de Estado”.

A este respeito, concordamos com Camini (2009) ao afirmar que os programas de Governo, em geral, são pensados para um período de gestão correspondente ao mandato do gestor eleito, esquecendo-se que a efetividade da política pública pressupõe a continuidade de suas ações no atendimento das demandas sociais reivindicadas como direito do cidadão, independente da articulação política que esteja no comando do Estado. Nesse contexto de política de governo, destacamos, de acordo com Saviani (2007; 2009), que, na circunstância do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Governo Federal, cada Ministério teria de indicar as ações que se enquadrariam no referido programa. O MEC aproveitou, então, o ensejo e lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁸, vinculado às diversas ações que já se encontravam na pauta do Ministério, ajustando e atualizando algumas delas. O IDEB, inicialmente, agrega todas as ações do MEC para a educação nacional, priorizando apenas a educação básica. Contudo, o MEC, articulando no sentido de desenvolver uma visão “sistêmica da educação”, ou seja, para dar maior abrangência ao atendimento de políticas públicas educacionais em nível nacional, desenvolve o PDE, no qual todos os níveis e modalidades da educação estão inseridos.

Quando essas ações são associadas ao IDEB, indagamos a respeito da novidade que o PDE trouxe às ações que já existiam no Ministério da Educação no que concerne às políticas públicas educacionais, uma vez que, aparentemente, apenas reúne todas as pautas que já existiam em matéria de programas/ações do MEC e denomina de um Plano que supostamente pretende resolver o problema da qualidade da educação. Gadotti (2008), por sua vez, afirma que o PDE foi chamado de “PAC da Educação”, demonstrando, assim, a preocupação daquele “plano” em estar associado a uma visão subordinada da educação ao crescimento econômico. Contudo, pontua o autor que é

⁷A este respeito ver em REZENDE, Flávio da Cunha. Por que falham as Reformas Administrativas? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 47-66.

⁸O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB (mediante mecanismos de avaliação) é utilizado como parâmetro para a tomada de decisões de gestão dos sistemas de ensino, para o estabelecimento e controle de metas a serem cumpridas por estados e municípios. Como consequência, os professores recebem bônus vinculando-se incentivos aos resultados de desempenho de alunos e/ou professores (OLIVEIRA e SANTANA, 2010).

esperançoso que a prática, ou seja, os programas concretos superem debates generalistas e a ambiguidade estabelecida pela indefinição do termo desenvolvimento, conceito chave no PDE.

No sentido de indagar de onde advêm os fundamentos político-filosóficos do programa, o autor supracitado nos alerta para o fato de o PDE ter sido lançado sem fazer referência ao Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em janeiro de 2001, portanto antes do governo Lula. Por outro, lado não é mencionado o programa de governo apresentado ao país por Lula durante a campanha. Contudo, o autor pontua que, se compararmos o PDE com o Programa Setorial de Educação Lula Presidente, veremos que muitas propostas do PDE já estavam contempladas naquele programa (GADOTTI, 2008).

Temos indícios para supor, então, que a formulação do PDE está inserida no contexto da necessidade que os governos têm de estabelecer programas/ações para “resolver” os problemas históricos da educação brasileira, a partir de suas próprias concepções, que, não raro, estão ligadas a interesses de grupos político-partidários, empresariais, imprensa. Porém, o PDE teve uma boa aceitação pública, com ampla divulgação pela mídia (jornais, telejornais, revistas e outros), uma vez que sinalizava a prioridade da educação no segundo mandato do governo Lula (2007-2010), indicando ações a serem implementadas, mas também recebeu críticas quanto à insuficiência das ações, dadas a improbabilidade de aumento dos recursos, a partir da política econômica adotada pelo Governo Federal e ausência da participação da sociedade na proposição das ações contidas no plano (SAVIANI 2007, 2009).

Devido a essas críticas, o PDE foi recebido com certo ceticismo por alguns setores⁹ ligados à educação, bastante conhecedores dos problemas da educação no país, que afirmavam, em geral, que o PDE não contou com a participação dos setores ligados à educação na sua elaboração, era apenas uma plataforma de ações do MEC e não vinculou maiores recursos à educação.

Mas, segundo Abreu (2010), apesar da crítica da falta de participação direta dos setores ligados à educação, as ações do PDE resultariam das demandas das necessidades que já vinham sendo apontadas em fóruns e pelo debate público da área, além de que as principais ações do Plano foram constituídas por meio de leis votadas no Congresso, resultariam, portanto, de processos que

⁹ Segundo Gadotti (2008), representantes de setores como ONGs, entidades representativas do ensino privado e comunitário, por exemplo, sentiram-se excluídos e se queixaram ao ministro Hadad por não serem consultadas com relação à elaboração do plano.

envolvem os legítimos representantes da sociedade brasileira, que teriam reconhecido as demandas da população.

Contudo, neste contexto de questionamento das bases e consistência do PDE, Saviani (2007) afirma que o MEC, ao formular o PDE, fez sim interlocução com o empresariado e não com o movimento de educadores. Nesse sentido, o PDE teria assumido a agenda do “Compromisso todos pela educação”. Este movimento, por sua vez, apresentou-se como iniciativa da sociedade civil, conclamando a participação de todos os setores sociais, mas para o autor esse movimento se constituiu de fato, como um grande aglomerado de grupos empresariais.

A este respeito, Krawczyk (2008) afirma que o MEC teve como parceiro privilegiado para as metas que pretendia atingir até 2011 um grupo empresarial que, em uma atitude bastante propositiva, havia lançado, em outubro de 2006, o Movimento Compromisso Todos pela Educação, nome pelo qual foi batizado também o plano de metas promulgado pelo Governo Federal. Saviani (2007) tece a crítica de que é importante avaliar como positiva a iniciativa do MEC de capitalizar a receptividade da opinião pública à questão da qualidade do ensino, expressa por setores influentes da mídia.

Saviani (2009) nos alerta para o fato de que, entre os empresários, existe a tendência dominante de considerar a educação como uma questão de boa vontade e de filantropia, que pode ser resolvida pelo voluntariado, e que o interesse desse grupo é ajustar os processos formativos às demandas de mão de obra e aos perfis de consumidores postos pelas empresas. Portanto, a lógica que embasa a proposta do Compromisso Todos pela Educação pode ser traduzida como uma espécie de “Pedagogia dos resultados”: O governo equipa-se com instrumentos de avaliação dos produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste às demandas das empresas.

Nesse sentido, corroborando Saviani (2009), é, pois, uma lógica de mercado que se guia pelos mecanismos das “pedagogias das competências¹⁰” e da “qualidade total¹¹”. E esta lógica, assim como nas empresas, visa obter a satisfação dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável. Por este véis da qualidade total, no entanto, o verdadeiro cliente das escolas seria a empresa ou a sociedade, e os alunos seriam produtos que os estabelecimentos de ensino forneceriam a seus clientes. Para que esse produto se revista de alta qualidade, lançar-se-ia mão do “método da qualidade total”, que, tendo em vista a satisfação dos clientes, engaja a participação de todos os participantes do processo, conjugando ações, melhorando continuamente suas formas de organização, seus processos e seus produtos. Para Saviani (2009), seria justamente isso que o Movimento do empresariado fiadores do Compromisso Todos pela Educação espera do PDE, lançado pelo MEC.

Observamos, em nossa pesquisa de mestrado, que, por carência de condições técnicas e financeiras, os municípios findam por aceitar as políticas públicas formuladas pelo MEC e, portanto, de forma automatizada, tentam colocar em ação programas e projetos que em grande parte não cabem para os sistemas municipais de ensino, mas, por “incapacidade”, assumem como se fossem próprias, e, com isso, ficam impossibilitados de pensar sobre os fundamentos que subjazem as políticas do MEC, como é o caso do PDE. Dessa forma, os municípios perdem suas características peculiares quanto a metas e resultados para os seus sistemas de educação.

¹⁰ A Pedagogia das Competências amplia a ideia de conteúdos formativos e incorpora explicitamente elementos do saber-ser e do saber-fazer, remetendo-se, aliás, mais diretamente a esses saberes relacionados às habilidades de trabalho e aos modos específicos de se colocar diante do mesmo. A ideia de conteúdos ganha um sentido largo, constituindo-se não somente dos conhecimentos teóricos formalizados nas matérias e disciplinas, mas de atitudes, comportamentos, hábitos, posturas, elementos que possam compor uma capacidade de trabalho, ou seja, aquilo que Schwartz (1990) definiu como os ingredientes da competência e que remetem a um saber, a um saber-ser e a um saber-fazer vinculados a uma realidade específica. Contemplam, ainda, além de saberes e destrezas, aspectos culturais e sociais (ARAÚJO, 2001, p.60-61).

¹¹ O conceito de “qualidade total” está ligado à reconversão produtiva pelo taylorismo ao introduzir, em lugar da produção em série e em grande escala visando a atender a necessidade de consumo de massa, produção em pequena escala dirigida ao atendimento de determinados nichos de mercados altamente exigentes. Nesse quadro, o conceito de “qualidade total” expressa-se em dois vetores, um externo e outro interno. Pelo primeiro vetor essa expressão pode ser traduzida na frase “satisfação total do cliente”. Pelo segundo vetor aplica-se uma característica inerente ao modelo toyotistas que o diferencia do fordismo: capturar, para o capital, a subjetividade dos trabalhadores. Nessa dimensão, “qualidade total” significa conduzir os trabalhadores a “vestir a camisa da empresa”. A busca da qualidade implica, então a exacerbação da competição entre os trabalhadores que se empenham pessoalmente no objetivo de atingir o grau máximo de eficiência e produtividade na empresa. (SAVIANI, 2009, p.430-440)

Vale ressaltar que uma das indagações da nossa pesquisa de mestrado era buscar compreender como o PDE vem se efetivando no município de São Miguel do Guamá, por meio do PAR, de modo articular o regime de colaboração para a promoção de políticas públicas educacionais naquele município. Agora, nesta pesquisa de doutorado, temos como questão central: Como a concepção público-privada subjacente ao Compromisso Todos pela Educação é implementada no Sistema Público Municipal por meio do PDE e quais suas reais exigências e consequências para o planejamento e execução das políticas públicas educacionais locais decorrentes desse plano? Além dessa questão, almejamos responder às seguintes inquietações: Como se configura a lógica privatista do Compromisso Todos pela Educação, no município de São Miguel do Guamá/PA? O município de São Miguel do Guamá/PA, em relação à política educacional, consegue atender às exigências da lógica privada do Compromisso Todos pela Educação, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação, e, ao mesmo tempo, manter suas peculiaridades enquanto sistema de ensino público local?

Para pesquisar essa relação sugerimos, em nossa pesquisa, como objetivo geral: Analisar a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação no município de São Miguel do Guamá, permitindo explicar a relação público-privada constante no CTE e suas reais exigências e consequências para o planejamento e execução das políticas públicas educacionais locais. Como objetivos específicos, temos: caracterizar a relação público-privada no município de São Miguel do Guamá/PA, por meio do PDE, procurando analisar a configuração da lógica privatista do Compromisso Todos pela Educação; problematizar, no processo de implementação do PDE, no município de São Miguel do Guamá, a coexistência do atendimento às exigências da lógica privada do Compromisso Todos pela Educação, e, ao mesmo tempo, a manutenção das peculiaridades enquanto sistema de ensino público local.

O caminho investigativo: a base teórico-metodológica

Explicitamos que, para conhecer os mais variados elementos que envolvem a pesquisa, é necessário um método, um caminho que permita compreender o fenômeno educativo. Para isso, a perspectiva histórico-dialética baliza essa pesquisa, uma vez que concordamos com Kosik (2010, p. 39) quando afirma que a

[...] dialética, não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico.

Concebemos que a nossa pesquisa se configura como uma tentativa de explicitar o Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE, partindo do pressuposto de que a idealização e implementação desta política pública se configura como resultante da ação da esfera governamental, entendida aqui na figura do MEC, em articulação com a esfera privada, aqui representada por um grupo de empresários intitulado de Todos pela Educação.

Isto posto, apresentamos o percurso teórico-metodológico, uma vez que, de acordo com Gohn (2005), “o caráter crítico de uma pesquisa é dado pelo método utilizado, do ponto de vista do paradigma referencial teórico que o alicerça” (p. 262). Vale ressaltar que temos aproximação com os sujeitos investigados. Mas o olhar de pesquisador permitirá a ‘destruição’ da aparente “independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia” (KOSIK, 2010, p. 20), no processo em que o mundo da aparência, do pensamento comum deve dar lugar à essência dos fenômenos através do pensamento dialético.

Compreender como a lógica privatista da educação, subjacente ao Todos pela Educação vem influenciando a concepção e implementação do Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), bem como as reais exigências e consequências dessa lógica para o sistema de ensino público municipal pode permitir ao “pensamento comum”, ao mundo da aparência, dar lugar à realidade, ao pensamento dialético que se configura na unidade entre o fenômeno e a essência, “caminhando da aparência à essência, da parte ao todo, do singular ao universal, isso tudo em conjunto, levando em conta o modo de constituição, a maneira pela qual se constitui a realidade” (IANNI, 2011, p. 411). Logo, o princípio metodológico da investigação dialética orientará esta pesquisa, uma vez que “[...] cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico, na medida em que é examinado como momento de um determinado todo” (KOSIK, 2010, p. 49).

A relação entre o público e o privado é um fato histórico, uma vez que alianças, movimentos e organizações em defesa da educação pública não representam uma novidade no cenário brasileiro. O destaque do momento atual reside no fato de que há uma aparente formação de coalizões, para

designar a junção de “atores públicos e privados, provenientes de diversas instituições e níveis governamentais, que dividem um conjunto de crenças e valores comuns e que buscam manipular as regras, orçamentos e recursos humanos governamentais, visando a atingir seus objetivos no longo prazo” (SIMIELLI 2013, p. 568).

As bases teóricas sobre a Gestão e Planejamento das Políticas Públicas Educacionais serão mediadas pelas análises de alguns autores como: Ferreira e Aguiar (2000); Lima e Mendes (2006); Krawczik (2005, 2010); Oliveira e Rosar (2002); Oliveira e Duarte (2003); Oliveira e Santana (2010); Oliveira (2002,2003); Soares (2000); Souza (2001, 2007); Santos (2008); Romão (2010); Regis (2009); Paro (2007); Peroni (2012); Dourado (2008); Frigotto (2012); Fávero (2003); Araújo (2005), entre outros que possuem relevância em pesquisas nessa área.

Portanto, ancorados em Peroni (2012), cabe salientar que o pressuposto teórico-metodológico que embasa nossa pesquisa é o de que a política educacional é parte da materialização do Estado, que, por sua vez, é parte do movimento histórico em um período particular¹² do capitalismo. Portanto, o Estado não é entendido como uma abstração; é construído por sujeitos individuais e coletivos¹³, em um processo histórico de correlação de forças.

O nosso *locus* de pesquisa será o Município de São Miguel do Guamá, os sujeitos da pesquisa serão: Secretário Municipal de Educação, Diretor de Ensino Municipal, Coordenadores de Níveis e Modalidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, Coordenação do Conselho Municipal de Educação, Coordenação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação/SINTEPP. O caminho metodológico proposto é ancorado na pesquisa de campo. Optamos pela pesquisa de campo porque consideramos que pesquisador e pesquisado têm importância peculiar e o “objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem” (SEVERINO, 2007, p. 123).

A pesquisa documental e a revisão bibliográfica ocorrerão concomitantemente e permitirão estabelecer um diálogo entre a literatura produzida sobre a Gestão e o Planejamento da Política Pública Educacional e os sujeitos pesquisados.

¹² Particular, aqui, na concepção de Lukács (1978).

¹³ Sujeitos individuais e coletivos, na concepção de Thompson (1981).

Por fim, esta pesquisa visa ampliar a análise sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação iniciada no mestrado, mas agora focalizando no fenômeno da relação entre o público e o privado na educação.

Considerações de Percurso

Na pesquisa de mestrado direcionamos o nosso foco de análise para o Plano de Ações Articuladas (PAR), que é caracterizado como uma ferramenta de planejamento por meio da qual são fornecidos instrumentos para que o município se torne apto a receber as ações/programas do PDE. Em linhas gerais, podemos inferir que o PAR representa a materialização do PDE no município.

Outra questão que permeia o tema é o regime de colaboração, enquanto relação de colaboração entre os entes federados, compreendido como elemento de promoção de políticas públicas educacionais.

Para a pesquisa de doutorado intencionamos dar continuidade à investigação sobre Plano de Desenvolvimento da Educação. Nesse projeto de investigação, queremos focar nossa atenção para a questão da lógica da iniciativa privada em que está inserido o Plano do MEC, uma vez que as leituras realizadas ao longo da dissertação apontavam que o PDE resulta do Compromisso Todos pela Educação, conforme dispõe o Decreto nº 6.094/07, baixado pelo presidente da República na ocasião do lançamento do PDE, em 24 de abril de 2007.

Nessa ementa do decreto, está implícita a lógica privatista da educação na implementação do PDE, pois, de acordo com Adrião e Garcia (2008), o Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação, se constitui na efetivação do PDE.

Compreender e analisar o comportamento do município de São Miguel do Guamá/PA diante desse pressuposto da lógica privatista da educação nos suscita interesse particular, uma vez que, após a conclusão do mestrado, atuamos na direção de ensino na Secretaria Municipal e, assim, visualizamos as exigências de mudança na postura do município em direção à gestão das ações a serem desenvolvidas no cenário educacional local para atender à lógica subjacente ao Todos pela Educação.

Igualmente, é relevante estudar a temática em questão, pois é importante para a academia conhecer a região com suas particularidades e as estratégias governamentais que lá são implementadas. Assim, a pesquisa em torno do PDE continua a ser oportuna para ampliar conhecimentos teórico-metodológicos, bem como para produzir conhecimentos científicos, os quais poderão contribuir com outras pesquisas que se ocuparem na compreensão da inserção da lógica empresarial na realidade do sistema educacional municipal.

Além disso, cabe também expor da importância social deste estudo pelo fato de haver poucas pesquisas em nível nacional em torno do Plano de Desenvolvimento da Educação. Não encontramos pesquisas que evidenciem a temática nos municípios do Estado do Pará, especificamente no município de São Miguel do Guamá, uma vez que a esfera municipal é concebida como lugar “por excelência” de concretização dessa política. Esperamos que a pesquisa contribua para a ampliação das discussões e do conhecimento nessa área, assim como aprofundar nossos referenciais para o desenvolvimento profissional e pessoal.

Referências

ABREU, Maria Aparecida. **Educação: um novo patamar institucional**. Novos Estudos. N.87, jul.2010. Disponível em <http://scielo.br>. Acesso em 14 out. 2010.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. **Oferta Educativa e responsabilização no PDE: O Plano de Ações Articuladas**. Cadernos de Pesquisa. v.38, n.135 . Disponível em <http://scielo.br>. Acesso em 14 out. 2010.

ARAUJO, Maria Auxiliadora Maués de Lima. **O “Progestão” no contexto da Modernização do Estado Brasileiro: mediação para a democratização da gestão escolar ou para a implantação da lógica gerencial na escola?** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, centro de educação, mestrado em Educação, Belém, 2005.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de lima. **Desenvolvimento de Competências Profissionais: as incoerências de um discurso**. Tese de doutoramento. Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte-Minas Gerais, 2001.

CAMINI, Lúcia. **A gestão Educacional e a Relação entre os Entes Federados na Política Educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação UFRGS. Porto Alegre, 2009.

DOURADO, Luiz Fernando. **Gestão Democrática da Educação e da Escola**. In: A Educação Básica no Pará: Elementos para uma política educacional democrática e de qualidade para todos. Belém – Pará. 2008.

FÁVERO, Osmar. A descentralização dos sistemas de educação básica; crise do Planejamento central. In OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Marise R. T. (orgs). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR Marcia Ângela da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da Escola Improdutiva (2010)**. Um (re) exame as relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Convocados, uma vez mais**. Ruptura, continuidade e desafios do PDE. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GOHN, M. G. M. **A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas**. Ecoos Revista Científica, julho-dezembro, vol. 7, número 002, p. 253-274. Centro universitário Nove de Julho (UNINOVE), 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/715/71570202.pdf>>. Acesso 1º jun. 2010.

IANNI, O. **A construção da categoria**. Revista HISTEDBR *on line*. Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/histedbr/viewissue.php?id=8#Documentos>>. Acesso 06 mai. 2011.

KOSIK, K, 1926. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KRAWCZIK, Nora Rut. **PDE: Novo modo de Regulação Estatal?** Caderno de Pesquisa. V.38,n.135.,set.2008. Disponível em <http://scielo.br>. Acesso em 14 out.2010.

_____. Políticas de Regulação e Mercantilização: socialização para uma nova cidadania? In: **Revista Educação e Sociedade** vol. 26, n.92, out/2005.

LIMA, Rosangela Novaes. As relações intergovernamentais e as políticas educacionais: UNICAMP, 2000 (TESE DE DOUTORAMENTO).

_____ & MENDES, Odete da Cruz. A gestão da Educação: contrapontos entre descentralização e avaliação na lógica da reforma do Estado. In NETO, NASCIMENTO & LIMA. **Política Pública de Educação no Brasil**. Compartilhando saberes e reflexões. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARTINS, Áurea Peniche. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC) e sua efetivação por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) em São Miguel do Guamá (PA)**. UFPA, 2012 (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica: empregabilidade e equidade social. In OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Marise R. T. (orgs). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____ e ROSAR, Maria de Fátima Felix (orgs.). **Política e gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____ e DUARTE, Marise R. T. (orgs). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Romualdo Portela & SANTANA, Wagner (orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

PARO, Victor. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, R. P. ADRIÃO, T (orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã, 2007.

PERONI, Vera Maria Vidal. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso 24 set. 2013.

REGIS, André. **O Novo Federalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

ROMÃO, José Eustáquio. **Sistemas Municipais de Educação**. A Lei de Diretrizes e Bases e a Educação no Município. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. **Conversas impenitentes sobre a gestão na educação**. Belém. EDUFPA, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Entrevista Especial ao Portal Anped**. Disponível em <http://www.anped.org.br/>. Acesso 02 out.2014.

_____. **PDE. Plano de Desenvolvimento da Educação**. Análise Crítica da Política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.172.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC**. Educação e Sociedade.v.28, n. 100, dez.2007. Disponível em <http://scielo.br>. Acesso em 14 out. 2009.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2008.

SIMIELLI, Lara Elena Ramos. **Coalizões em educação no Brasil: relação com o governo e influência sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 47(3):567-586, maio/jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso 24 set. 2013.

SOARES, Rosemary Dore. **A Concepção Gramsciana de Estado e o debate sobre a escola**. Ijuí: Ed INJUÍ, 2000 (Coleção Educação)

SOUZA, Celina. **Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: Processo Decisório, Conflitos e alianças**. DADOS- Revista de Ciências Sociais.V.44,nº 3. Rio de Janeiro, 2001.

_____. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta & MARQUES, Eduardo (orgs). **Política Públicas Educacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

VALENTE, Lúcia de Fátima. **Políticas e Gestão da Educação Brasileira no Contexto Atual: Elementos Conceituais e Desafios**. In: IV SIMPÓSIOINTERNACIONAL o Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente, 2008,RESUMOS, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.